

STJ00119868

FERNANDO CALDAS BIVAR NETO

TRIBUTAÇÃO E EMERGÊNCIAS

UMA ANÁLISE DOS MODELOS
JURÍDICO-TRIBUTÁRIOS
DE SUPERAÇÃO DAS CRISES

Londrina/PR
2024


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)



Neto, Fernando Caldas Bivar.
Tributação e emergências: uma análise dos
modelos jurídico-tributários de superação
das crises. Fernando Caldas Bivar Neto.
– Londrina, PR: Thoth, 2024.

299 p.
Bibliografias: 287-299

ISBN: 978-65-9959-718-5

1. Tributação. 2. Crises. 3. Estado de sítio.
I. Título.

CDD 341.39
341.2

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Fernando Augusto Saleta Pacheco
Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Tributário: 341.39
2. Direito Constitucional: 341.2

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espalador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMARIO

SOBRE O AUTOR.....	7
APRESENTAÇÃO.....	11
PREFÁCIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	23

CAPÍTULO 1

O QUE SÃO EMERGÊNCIAS?	27
------------------------------	----

CAPÍTULO 2

SISTEMA DE DIREITO POSITIVO E OS FATOS EXCEPCIONAIS.....	35
2.1 Tratamento jurídico-positivo dos fatos extraordinários: a questão da completude da ordem jurídica	35
2.2 Breves apontamentos sobre o tratamento das emergências pelos positivismos legalista e normativista.....	37
2.3 O pós-positivismo (ou não-positivismo) e os fatos excepcionais	49
2.3.1 Distinção entre texto e norma	50
2.3.2 A força normativa dos princípios.....	52
2.3.3 Rejeição à discricionariedade judicial	64

CAPÍTULO 3

TIPOLOGIA E NORMATIVIDADE JURÍDICA DAS EMERGÊNCIAS....	69
3.1 Normatividade unitária ou dual das emergências: do modelo de negócios habituais (business as usual) aos modelos de acomodação (models of accommodation).....	71
3.1.1 Modelo de negócios habituais (business as usual).....	71
3.1.2 Modelos de acomodação (models of accommodation).....	74
3.1.2.1 Acomodação constitucional (constitutional accommodation).....	74
3.1.2.2 Acomodação legislativa (legislative accommodation).....	76
3.1.2.3 Acomodação interpretativa (interpretative accommodation).....	79

3.2 Da rigidez das regras à flexibilidade dos princípios.....	86
3.2.1 A ditadura romana	88
3.2.2 O modelo rígido de emergências: o estado de sítio francês (état de siège).....	94
3.2.3 O modelo flexível de emergências: a lei marcial inglesa (martial law).....	97
3.2.4 Entre regras e princípios.....	100

CAPÍTULO 4

DA DEFESA À RUPTURA DA ORDEM JURÍDICA.....	107
4.1 Do paradigma de governo.....	114

CAPÍTULO 5

O SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E AS EMERGÊNCIAS....	119
5.1 Tributação, direitos fundamentais e emergências: do reequilíbrio da dialética de tensão	120

CAPÍTULO 6

ACOMODAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS EMERGÊNCIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: A COMPETÊNCIA EXTRAORDINÁRIA.....	131
6.1 Normas de competência e normas de conduta.....	131
6.2 Competência tributária ordinária e competência tributária extraordinária....	135
6.2.1 A destinação do produto da arrecadação integra a estrutura das regras de competência tributária extraordinária?.....	150
6.3 Os impostos extraordinários	159
6.4 Os empréstimos compulsórios.....	172
6.4.1 Empréstimos compulsórios são tributos?.....	172
6.4.2 Regime jurídico.....	176
6.4.3 Análise da estrutura das regras de competência.....	177
6.4.3.1 Empréstimos compulsórios em casos de guerra ou calamidade pública.....	178
6.4.3.2 Empréstimos compulsórios em casos de investimentos públicos urgentes e de relevante interesse nacional.....	186
6.4.4 A destinação do produto da arrecadação dos empréstimos compulsórios.....	189
6.4.5 A restituição da quantia paga pelo contribuinte.....	190
6.5 As contribuições extraordinárias	193
6.5.1 Breves apontamentos sobre o custeio do regime próprio de previdência	

social dos servidores públicos	194
6.5.2 Análise da estrutura das regras de competência	198

CAPÍTULO 7

ACOMODAÇÃO LEGISLATIVA DAS EMERGÊNCIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	205
7.1 A legalidade tributária como condicionante das medidas de exoneração fiscal para o enfrentamento de emergências.....	209
7.1.1 A questão das medidas provisórias	217
7.1.2 Isenções	229
7.1.3 Moratória.....	235
7.1.4 Remissão.....	241
7.2 Legislação especial de emergência (special emergency legislation).....	244

CAPÍTULO 8

ACOMODAÇÃO JUDICIAL DAS EMERGÊNCIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	251
8.1 O controle judicial da decretação das medidas emergenciais: da letargia à garantia da ordem jurídica	255
8.2 A (im)possibilidade de inauguração de medidas emergenciais de caráter geral pelos tribunais.....	262
8.3 Os conflitos tributários individuais à luz das emergências: as excepcionalidades à exceção	271
CONCLUSÃO	283
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	287